

**THOMAS ROBERT MALTHUS**

**PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA**

**e Considerações Sobre sua  
Aplicação Prática**

**ENSAIO SOBRE A POPULAÇÃO**

*Apresentação de Ernane Galvéas*

*Traduções de Regis de Castro Andrade,  
Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury*

Fundador  
VICTOR CIVITA  
(1907 - 1991)



Editora Nova Cultural Ltda.

Copyright © desta edição 1996, Circulo do Livro Ltda.

Rua Paes Leme, 524 - 10º andar  
CEP 05424-010 - São Paulo - SP

Título original: *Principles of Political Economy Considered  
with a View to Their Practical Application -  
An Essay on the Principle of Population.*

Direitos exclusivos sobre a Apresentação de autoria  
de Ernane Galvéas, Editora Nova cultural Ltda., São Paulo.

Direitos exclusivos sobre as traduções deste volume:  
Circulo do Livro Ltda.

Impressão e acabamento:  
DONNELLEY COCHRANE GRÁFICA E EDITORA BRASIL LTDA.  
DIVISÃO CIRCULO - FONE: (65 11) 4191-4633

ISBN 85-351-0828-9

## CAPÍTULO I

### As Definições de Riqueza e de Trabalho Produtivo

#### Seção I

##### As definições de riqueza

Uma definição de riqueza seria desejável, embora não seja fácil propor alguma que não seja passível de objeções.

Pode-se questionar a liberdade de um autor para definir seus termos da forma que lhe agradar, mesmo que os use sempre no sentido indicado, pois uma definição inadequada ou incomum pode inutilizar uma pesquisa.

Os méritos comparativos dos sistemas dos economistas e de Adam Smith dependem principalmente de suas diferentes definições de riqueza.

Os economistas confinaram o termo riqueza dentro de limites estreitos demais.

Lorde Lauderdale e outros autores deram definições que a ampliam demais.

Se desejamos atingir alguma precisão em nossas pesquisas, ao tratar da riqueza devemos estreitar o campo de investigação de modo que compreenda apenas aqueles bens cujo aumento ou diminuição é possível estimar com maior acuidade.

Parece-me que a linha mais natural a traçar é aquela que separa os objetos materiais dos imateriais, ou aqueles suscetíveis de acumulação e avaliação definida daqueles que raramente admitem esses processos e nunca num grau que permita conclusões práticas úteis.

Adam Smith nunca deu uma definição muito regular e formal de riqueza: mas é bastante claro em todo o seu trabalho que o significado que atribui ao termo restringe-se a objetos materiais. Pode-se dizer que sua descrição predominante de riqueza é a de "produto anual da terra e do trabalho". Pode-se objetar a essa definição o fato de referir-se

às fontes da riqueza antes de dizer o que é riqueza, e o fato de não ser suficientemente precisa, de tal modo que inclui todos os produtos inúteis da terra, bem como aqueles que são apropriados e usufruídos pelo homem.

Para evitar essas objeções e manter a mesma distância de um sentido muito restrito e de um sentido muito indiferenciado do termo, eu definiria a riqueza como aqueles objetos *materiais* que são necessários, úteis ou agradáveis à humanidade. Sinto-me inclinado a crer que a definição assim delimitada inclui quase todos os objetos em que geralmente pensamos quando falamos de riqueza; essa é uma vantagem considerável, visto que assim mantemos tanto o uso comum desses termos quanto o vocabulário da Economia Política.

Na verdade, aplicar a palavra riqueza a *todo* benefício ou satisfação que o homem pode usufruir corresponde a um uso mais metafórico que estrito do termo; e não poderíamos aceitar a proposição segundo a qual a riqueza é a única fonte da felicidade humana.

Segundo entendo, portanto, pode-se dizer que a riqueza da qual se fala na ciência da Economia Política restringe-se a objetos materiais.

Desse modo, um país será rico ou pobre segundo a abundância ou escassez dos objetos materiais nele encontrados, relativamente à extensão do território; e o povo será rico ou pobre conforme a abundância do abastecimento relativamente à população.

## CAPÍTULO I

As grandes e inesperadas descobertas que ocorreram nos últimos anos na filosofia natural, a crescente difusão do conhecimento geral a partir do desenvolvimento da arte da impressão, o espírito de pesquisa ativo e firme que predomina por todo o mundo letrado e mesmo no iletrado, as novas e extraordinárias luzes que foram lançadas sobre os assuntos políticos e que fascinam e chocam o intelecto, e especialmente o tremendo fenômeno de horizonte político — a Revolução Francesa, que, como um cometa resplandecente, parece destinado a infundir nova vida e vigor ou a arrasar e destruir os tímidos habitantes da terra —, tudo isso concorreu para converter muitos homens talentosos à idéia de que nós estamos chegando a uma grande época, com as mais importantes mudanças que, em certa medida, seriam decisivas para a sorte futura da humanidade.

Tem sido dito que a grande questão está hoje em debate: se doravante o homem se lançará para a frente, com velocidade acelerada, em direção a um aperfeiçoamento ilimitado e até agora inimaginável, ou se será condenado a uma permanente oscilação entre a prosperidade e a miséria e, depois de todo esforço, ainda permanecerá a uma inc mensurável distância do objetivo desejado.

Entretanto, com a apreensão de todo amigo da humanidade que deve esperar o fim desta aflitiva incerteza, e com o zelo da mente indagadora que acolheria todo esclarecimento que pudesse ajudar na sua visão do futuro, há muito a se lamentar que os critérios, em cada aspecto desta momentosa questão, ainda se man tenham a grande distância um do outro. Seus argumentos comuns não chegam a um estudo imparcial. A questão não é levada a se sustentar nos detalhes menores e, mesmo na teoria, parece estar longe de se aproximar de um equacionamento.

O defensor dessa ordem de coisas é capaz de considerar a escola dos filósofos especulativos como um bando de vilões astutos e engenhosos que elogiam a caridade fervorosa e retratam quadros cativantes de um estágio mais feliz da sociedade, somente o mais próprio para

torrá-los capazes de destruir as atuais instituições e promover seus planos grandiosos de ambição, ou como um bando de entusiastas selvagens e loucos cujas especulações estúpidas e absurdos contra-sensos não são dignos da atenção de nenhum homem sensato.

O defensor da perfectibilidade do homem e da sociedade devota ao protetor das instituições mais ridículas e tacanhos ou como defensor dos abusos da sociedade civil, apenas porque se beneficia deles. Ele o retrata como uma personalidade que prostitui sua inteligência de acordo com seu interesse, ou como alguém cujos poderes do raciocínio não têm dimensão para se empenhar em qualquer coisa grande e nobre, que não consegue ver além de cinco jardas à sua frente e que deve ser, por esse motivo, completamente incapaz de examinar os pontos de vista do esclarecido benfeitor da humanidade.

Neste debate inanimoso, a causa da verdade não consegue senão ter prejuízos. Os argumentos realmente bons, sobre cada aspecto da questão, não são reconhecidos como tendo seu valor próprio. Cada um adota sua própria teoria, pouco interessado em corrigi-la ou aperfeiçoá-la por uma preocupação com o que é desenvolvido pelos seus adversários.

O defensor da ordem atual das coisas condena todas as especulações políticas em conjunto. Ele próprio não se permite examinar os argumentos a partir dos quais é deduzida a perfectibilidade da sociedade. Muito menos se dará ele ao trabalho de modo franco e honesto para empreender uma explicação de sua própria falácia.

Da mesma forma, o filósofo especulativo afronta a causa da verdade. Com os olhos voltados para um estágio mais feliz da sociedade, nos benefícios que ele pinta com as cores mais fascinantes, ele próprio se permite deliciar-se com as mais cruéis diatribes contra toda presente instituição, sem usar os seus talentos para estudar os meios mais seguros e melhores de eliminar os abusos e sem parecer conhecer os terríveis obstáculos que ameaçam opor-se, mesmo na teoria, ao avanço do homem em direção à perfeição.

É uma verdade reconhecida pela filosofia que uma teoria verdadeira sempre será confirmada pela experiência. Entretanto, tanto atrito e tantas pequenas circunstâncias ocorrem na prática que é quase impossível à inteligência mais aberta e perspicaz prever que, em poucos assuntos, uma teoria possa ser declarada correta e que não tenha resistido ao teste da experiência. Mas uma teoria não verificada na prática não pode ser razoavelmente assegurada como provável, muito menos como correta, até que todos os argumentos contra ela tenham sido sabiamente confrontados e refutados clara e firmemente.

Li com grande prazer algumas especulações sobre a perfectibilidade do homem e da sociedade. Fiquei entusiasmado e feliz com o quadro encantador que descreveram. Anseio fervorosamente por esses venturosos aperfeiçoamentos. Mas vejo, no meu entender, grandes e insuperáveis

dificuldades no seu caminho. É meu propósito expressar essas dificuldades, demonstrando, ao mesmo tempo, que longe de me regozijar com elas, como um motivo de vitória sobre os amigos da novidade, nada me daria mais prazer do que vê-las completamente eliminadas.

A argumentação mais importante que apresentarei certamente não é nova. Os princípios sobre os quais está subordinada foram explicados parcialmente por Hume e, de modo mais geral, pelo Dr. Adam Smith. A argumentação foi desenvolvida e aplicada ao actual tema, embora sem o devido peso ou de acordo com um ponto de vista mais convincente, pelo Sr. Wallace, e pode ter sido firmada, provavelmente, por muitos escritores que nunca conheci. Eu, certamente, por esse motivo, nunca pensaria em desenvolver novamente essa argumentação, embora pretenda colocá-la sob um ponto de vista de alguma forma diferente de tudo que tenho visto até aqui, ainda que ela tenha sido respondida de forma completa e satisfatória.

A causa desse descuido, por parte dos defensores da perfectibilidade da humanidade, não é bem explicada. Não posso duvidar de talentos de homens tais como Godwin e Condorcet. Estou relutante em duvidar de sua imparcialidade. No meu entendimento, e provavelmente no de muitos outros, a dificuldade se revela insuperável. Entretanto, estes homens, de reconhecido discernimento e capacidade, mal se dignam mencioná-la e mantêm o curso de suas especulações com irrefreável entusiasmo e inquebrantável fé. Não tenho certamente nenhum direito de dizer que eles fecham propositalmente seus olhos a tais argumentos. Devo duvidar *a priori* da validade deles quando negligenciados por tais pessoas, embora, forçosamente, sua verdade possa chocar-se com o meu próprio pensamento. Entretanto, com relação a isto, deve ser reconhecido que estamos todos por demais sujeitos a errar. Se vi um copo de vinho reiteradamente oferecido a uma pessoa e ela não tomou conhecimento disso, eu estaria inclinado a pensar que ela era cega ou mal-educada. Uma filosofia mais justa poderia me ensinar antes a pensar que meus olhos me enganavam e que o oferecimento não era o que eu pensava que fosse.

Para introduzir o argumento devo pressupor que excluo da questão, no presente, todas as simples conjecturas, isto é, todas as suposições, cujo provável conceito não pode ser inferido com base em quaisquer premissas filosóficas legítimas. Um escritor pode dizer-me que ele pensa que o homem se transformará finalmente num avestruz. Propriamente não posso negá-lo. Mas antes que ele possa converter qualquer pessoa sensata ao seu modo de ver, ele deveria mostrar que o peçoço na espécie humana foi gradualmente se alongando, que os lábios se tornaram mais grossos e mais salientes, que as pernas e os pés estão permanentemente mudando sua forma e que o pélo está começando a transformar-se em tocos de penas. E, até que a probabilidade de tão maravilhosa mutação possa ser demonstrada, certamente

é perder tempo e retórica divagar sobre a felicidade do homem em tal estágio: descrever seus poderes tanto de correr como voar, retratá-lo numa situação em que todos os pequenos luxos sejam desprezados, em que os homens se dedicariam somente a acumular as coisas necessárias à vida e em que, conseqüentemente, cada parcela de trabalho do homem seria pequena, e grande sua parcela de lazer.

Penso que posso elaborar adequadamente dois postulados.

Primeiro: Que o alimento é necessário para a existência do homem.

Segundo: Que a paixão entre os sexos é necessária e que permanecerá aproximadamente em seu actual estágio.

Essas duas leis, desde que nós tivemos qualquer conhecimento da humanidade, evidenciam ter sido leis fixas de nossa natureza e, como nós não vimos até aqui nenhuma alteração nela, não temos o direito de concluir que elas nunca deixarão de existir como existem agora, sem um pronto ato de poder daquele. Ser que primeiro ordenou o sistema do universo e que para proveito de suas criaturas ainda faz, de acordo com leis fixas, todas estas variadas operações.

Não conheço nenhum escritor que tenha admitido que nesta terra o homem, fundamentalmente, seja capaz de viver sem alimento. Mas o Sr. Godwin prognosticou que a paixão entre os sexos pode ser extinta com o tempo. Contudo, como ele considera esta parte de seu trabalho um desvio para o campo da conjectura, não insisterei mais sobre isso agora, a não ser em afirmar que os melhores argumentos para provar a perfectibilidade do homem provêm de um estudo do grande progresso que ele já realizou desde o estado bárbaro e da dificuldade de dizer onde ele se detém. Mas, com relação à extinção da paixão entre os sexos, nenhum progresso, qualquer que ele seja, foi feito até aqui. Ela parece existir com tanto ímpeto agora como existia há dois ou há quatro mil anos. Existem exceções hoje como sempre existiram. Mas, como essas exceções não parecem crescer numericamente, decerto seria uma demonstração antifilosófica inferir, simplesmente a partir da existência de uma exceção, que a exceção com o tempo se tornaria a regra e a regra a exceção.

Então, adotando meus postulados como certos, afirmo que o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem.

A população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética. Um pequeno conhecimento de números demonstrará a enormidade do primeiro poder em comparação com o segundo.

Por aquela lei da nossa natureza que torna o alimento necessário para a vida humana, os efeitos desses dois poderes desiguais devem ser mantidos iguais.

Isso implica um obstáculo que atua de modo firme e constante sobre a população, a partir da dificuldade da subsistência. Esta diffe-

culdade deve diminuir em algum lugar e deve, necessariamente, ser duramente sentida por uma grande parcela da humanidade.

Por todo o reino animal e vegetal a natureza espalhou largamente as sementes da vida, com a mão a mais generosa e pródiga. Ela foi relativamente parcimoniosa quanto ao espaço e à alimentação necessários para criá-los. As células vitais contidas nesta parte da terra, com bastante alimento e espaço para se expandir, preencherão milhões de mundos no decurso de uns poucos milhares de anos. A miséria que despoticamente permeia toda a lei da natureza limita estes mundos mediante determinadas restrições. Os reinos vegetal e animal se reduzem sob esta grande lei limitadora. E a espécie humana não pode, por simples esforços racionais, escapar dela. Entre as plantas e os animais suas conseqüências são a perda do sêmen, a doença e a morte prematura. Na espécie humana, a miséria e o vício. O primeiro, a miséria, é uma conseqüência absolutamente necessária da lei. O vício é uma conseqüência altamente provável e, por essa razão, o vemos predominar largamente, mas não pode, talvez, ser chamado de conseqüência absolutamente necessária. A provação da vir-tude é resistir a toda tentação do mal.

Essa desigualdade natural dos dois poderes, da população e da produção da terra, e essa grande lei da nossa natureza que deve manter constantemente uniformes suas conseqüências constituem a grande dificuldade, que a mim me parece insuperável no caminho da perfectibilidade da sociedade. Todos os outros argumentos são de importância pequena e secundária em comparação com este. Não vejo nenhuma forma pela qual o homem possa escapar da influência desta lei que impregna toda a natureza viva. Nenhuma igualdade fantasista, nenhuma norma agrária, no seu maior alcance, podem remover a sua pressão mesmo por apenas um século. E, por essa razão, a lei se mostra decisiva contra a possível existência de uma sociedade em que todos os membros viveriam em tranqüilidade, prosperidade e num relativo ócio, e não sentiriam nenhuma angústia para providenciar os meios de subsistência para si e para os filhos.

Conseqüentemente, se as premissas estão corretas, o argumento é conclusivo contra a perfectibilidade do conjunto da humanidade.

Assim, esbocei as linhas gerais do argumento, e o examinarei mais particularmente, mas penso que será fundamentado na experiência, a verdadeira fonte e base de todo o conhecimento que invariavelmente comprova sua verdade.

## CAPÍTULO V

O obstáculo positivo ao crescimento da população, pelo qual evitando aquele que impede um crescimento que já se iniciou, limita-se principalmente, embora não exclusivamente, às classes mais baixas da sociedade. Esse obstáculo não é tão evidente à observação comum como o outro que mencionei, e demonstrar claramente a força e a extensão de sua influência requereria, talvez, mais elementos do que possuímos. Mas acredito que, de modo geral, foi assinalado, por aqueles que têm acompanhado as estatísticas de óbitos,<sup>154</sup> que, do número de crianças que morrem anualmente, uma proporção demasiado grande se refere aos pais que podem ser considerados incapazes de dar alimento e cuidados adequados à sua prole, pois ocasionalmente ficam entregues a rigorosa miséria e são às vezes confinados em habitações insalubres e sujeitos a um árduo trabalho. Essa mortalidade entre os filhos dos pobres tem sido constantemente observada em todas as cidades. Certamente não predomina, num mesmo grau, em todo o país, mas o assunto até agora não recebeu atenção suficiente, para permitir a qualificar um afirmar que existem proporcionalmente mais óbitos entre os filhos dos pobres, mesmo no interior, do que entre os das classes média e alta. Na verdade, parece difícil admitir que a esposa de um trabalhador que tem seis filhos que, algumas vezes, sofre total falta de pão seria sempre capaz de dar a seus filhos o alimento e os cuidados necessários para a sobrevivência. Os filhos e as filhas dos camponeses não serão vistos nunca na vida real como rosados querubins, como são descritos nos romances. Não pode deixar de ser assinalado por aqueles que vivem muito no interior que os filhos dos trabalhadores estão muito sujeitos a ser prejudicados em seu crescimento e demoram para atingir o desenvolvimento pleno. Os rapazes que você julgaria estar com 14 ou 15 anos, após verificação, constata ter 18 ou 19 anos. E os meninos que trabalham com arado, que deve ser, com toda certeza, um exercício saudável, muito raramente são vistos com indícios de que tenham ad-

quirido músculos em suas pernas, circunstância que só pode ser atribuída à falta de alimento adequado ou suficiente.

As leis dos pobres foram instituídas na Inglaterra para remediar a freqüente miséria do povo, mas é para se recar que, embora elas possam ter aliviado um pouco a intensidade da miséria individual, provocaram um dano geral numa parcela muito maior. É um assunto freqüentemente suscitado em conversas e mencionado sempre como causa de grande admiração que, não obstante a enorme quantia que é anualmente arrecadada para os pobres na Inglaterra, ainda exista tanta miséria no meio deles. Alguns pensam que o dinheiro deve ter sido desviado, outros que os mordomos de igreja e os provedores dos indigentes da paróquia gastam a maior parte dele em jantares. Todos concordam que, de uma outra forma, o dinheiro deve ser muito mal administrado. Em suma, o fato de que aproximadamente 3 milhões são coletados anualmente para os pobres e, entretanto, sua miséria ainda não tenha sido eliminada, é um objeto de permanente assombro. Mas um homem que vê um pouco além da aparência das coisas ficaria muito mais admirado se o fato fosse diferente do que é observado, ou mesmo se uma arrecadação geral de 18 xelins de libra em vez de 4 fosse modificá-lo substancialmente. Preparei um exemplo que espero elucidar meu pensamento.

Suponhamos que, por uma colaboração dos ricos, os 18 pence por dia que o homem ganha hoje fossem reduzidos para 5 xelins: talvez se pudesse imaginar que eles tivessem então condições de viver confortavelmente e de ter todo dia um pedaço de carne para o seu jantar. Mas isso seria uma conclusão falsa. A entrega de 3 xelins e 6 pence por dia a cada trabalhador não aumentaria a quantidade de carne do país. Não há, no presente, o suficiente para que todos tenham um bom quinhão. Então, qual seria a consequência? A concorrência entre os compradores no mercado de carne elevaria rapidamente o preço de 6 ou 7 pence para 2 ou 3 xelins de libra e a mercadoria não seria partilhada por mais pessoas do que no presente. Quando um produto está escasso e não pode ser distribuído a todos, aquele que pode exibir o título imobiliário mais valioso, isto é, aquele que oferece mais dinheiro, torna-se o proprietário. Se podemos admitir que a concorrência entre os compradores de carne continua por muito tempo por causa de uma maior quantidade de gado criado anualmente, isso poderia ser realizado somente à custa dos cereais, o que se tornaria uma troca muito desvantajosa, pois é bem sabido que o país não pode, então, sustentar a mesma população; e quando os meios de subsistência estão escassos em relação ao número de pessoas, é de pouca relevância que os membros mais pobres da sociedade possuam 18 pence ou 5 xelins. Em qualquer caso, eles devem ser obrigados a viver com uma alimentação mais precária e em menor quantidade.

Dir-se-á, talvez, que o número crescente de compradores de qual-

<sup>154</sup> O autor se refere à estatística semanal de óbitos em Londres. (N. do T.)

quer artigo daria um estímulo à atividade produtiva e que o produto total da Ilha seria aumentado. Em certa medida esse seria o caso. Mas o estímulo que essa suposta riqueza daria à população a compen-saria largamente e a produção maior seria dividida entre um número proporcionalmente maior de pessoas. Em todo esse período estou admitindo a mesma quantidade de trabalho que a executada anteriormente. Mas isso, na realidade, não aconteceria. A quantia recebida de 5 xelins por dia, em vez de 18 pence, faria todo homem imaginar-se relativamente rico e apto a destruir muitas horas ou dias de lazer. Isso se tornaria um empecilho forte e direto à atividade produtiva e, em breve tempo, não somente a nação ficaria mais pobre, mas as próprias classes mais baixas se tornariam muito mais miseráveis do que quando recebiam 18 pence por dia.

Uma coleta de 18 xelins de libra entre os ricos, mesmo se distruídos da maneira mais criteriosa, teria de certo modo o mesmo efeito que o resultante da hipótese que acabei de fazer, e nenhuma contribuição possível, proveniente de sacrifícios dos ricos, particularmente em dinheiro, poderia impedir, por algum tempo, a volta da miséria entre os membros mais pobres da sociedade, quaisquer que sejam. Na verdade, grandes mudanças poderiam ser feitas. O rico poderia tornar-se pobre, e alguns pobres, ricos, mas uma parcela da sociedade necessariamente deve ter dificuldades para viver e essas dificuldades recairão naturalmente sobre os elementos menos afortunados.

De início pode parecer estranho, mas creio ser verdade que não posso, mediante recursos monetários, elevar o padrão de vida do pobre e possibilitar-lhe viver muito melhor do que anteriormente, sem abaixar proporcionalmente o padrão de vida dos outros membros da mesma classe. Se reduzo a quantidade de alimento consumida em minha casa e dou a ele o que suprimo, então eu o benefício sem rebaixar o padrão de vida de ninguém, exceto o meu próprio e de minha família que, talvez, fosse bem capaz de suportá-lo. Se exploro uma porção de terra não cultivada e dou o produto ao pobre, benefício tanto a ele como a todos os membros da sociedade, porque o que ele antes consumia era tirado de estoque comum e assim, provavelmente, um pouco do novo produto. Mas se dou a ele somente dinheiro, admitindo-se que o produto do país permanece o mesmo, dou-lhe o direito a uma parcela deste produto maior do que a do produto anterior, parcela essa que ele não pode receber sem diminuir a dos outros. É evidente que essa consequência, em termos individuais, deve ser tão pequena que será totalmente imperceptível; embora exista como tantas outras, que, como alguns insetos que vivem no ar, escapam de nossa percepção menos sensível.

Admitindo-se que a quantidade de alimento de qualquer país permaneça a mesma, ininterruptamente, por muitos anos, é evidente que esse alimento deve ser dividido de acordo com o valor do título

imobiliário,<sup>155</sup> de cada homem ou com a soma de dinheiro que ele pode gastar com essa mercadoria de procura tão geral. Entretanto, é uma verdade concludente que os títulos imobiliários de um grupo de homens não podem aumentar de valor sem diminuir o valor dos títulos de outros grupos de homens. Se os ricos fossem subscrever e dar 5 xelins por dia a 5 mil homens sem reduzir seus próprios alimentos, não resta dúvida de que, como aqueles homens, naturalmente, viveriam mais, com mais facilidade e consumiriam uma maior quantidade de provisões, existirá menos alimento de sobra para dividir com o resto e, consequentemente, o título imobiliário de cada homem diminuiria em valor ou o mesmo número de moedas de prata compraria menor quantidade de alimentos.

Um crescimento da população sem um crescimento proporcional dos alimentos, evidentemente, terá o mesmo efeito na diminuição do valor do título imobiliário de cada homem. O alimento deve necessariamente ser distribuído em menores quantidades e, consequentemente, um dia de trabalho comprará menor quantidade de provisões. Um aumento de preço das provisões surgiria de um crescimento da população mais rápido do que dos meios de subsistência ou de uma distribuição diferente do dinheiro da sociedade. O alimento de um país que foi ocupado durante muito tempo, se ele estivesse crescendo, cresce regular e vagarosamente e não pode ser destinado a atender quaisquer demandas inesperadas; entretanto, as variações na distribuição do dinheiro de uma sociedade não ocorrem raramente e estão, sem dúvida, entre as causas que provocam as contínuas variações que observamos no preço das provisões.

As leis dos pobres da Inglaterra tendem a rebaixar a condição geral do pobre dos dois modos seguintes. Sua primeira tendência óbvia é de aumentar a população sem um aumento de alimento para sustentá-la. Um pobre pode casar com pouca ou nenhuma perspectiva de ser capaz de sustentar uma família com independência. Pode-se dizer que, de certo modo, as leis criam o pobre que mantêm; e como as provisões do país, em consequência do aumento populacional, devem ser distribuídas a cada pessoa em pequenas quantidades, é evidente que o trabalho daqueles que não são sustentados pela assistência da paróquia comprará menor quantidade de provisões do que anteriormente e, consequentemente, a maioria deles será forçada a reclamar por sustento.

Em segundo lugar, a quantidade de provisões consumida em albergues por uma parcela da sociedade que não pode, em geral, ser considerada a mais importante diminui as cotas que, de outro modo,

<sup>155</sup> O Sr. Godwin chama a riqueza que um homem recebe de seus antepassados de título imobiliário envelhecido. Penso que pode muito propriamente ser denominado de título imobiliário, mas dificilmente vejo a conveniência de chamá-la título imobiliário envelhecido, como se fosse um artigo de uso constante.

caberiam aos elementos mais operosos e mais dignos; e, então, dessa maneira, obriga muitos a se tornarem dependentes. Se os pobres dos albergues fossem viver melhor do que vivem hoje, essa nova distribuição de dinheiro da sociedade tenderia mais evidentemente a rebaixar a condição daqueles que não estão nos albergues, por ocasionar uma elevação do preço das provisões.

Felizmente, para a Inglaterra, o espírito de independência ainda permanece entre os camponeses. As leis dos pobres são feitas substancialmente para erradicar esse espírito. Em parte, elas obtiveram sucesso, mas se tivessem obtido tão completamente como se poderia esperar, sua tendência maléfica não teria ficado oculta por tanto tempo.

A pobreza dependente deve continuar sendo uma ignomínia, por mais duro que isso possa parecer em termos individuais. Tal incentivo parece ser absolutamente necessário para promover a felicidade da grande maioria da humanidade e toda tentativa geral de enfraquecer esse incentivo, por mais benevolente que seja sua clara intenção, sempre invalidará seu próprio objetivo. Se os homens são levados a casar em vista da perspectiva da provisão paroquial, com pouca ou nenhuma possibilidade de manter independência suas famílias, eles não somente são injustamente induzidos a trazer infelicidade e dependência a si próprios e a seus filhos, mas são levados sem o saber a prejudicar a todos da mesma classe que eles. Um trabalhador que casa sem estar em condições de sustentar uma família pode, em alguns aspectos, ser considerado um inimigo de todos os seus companheiros trabalhadores.

Não tenho nenhuma dúvida de que as leis dos pobres da Inglaterra têm contribuído para elevar os preços dos mantimentos e abaixar o preço real do trabalho. Por essa razão, essas leis contribuíram para empobrecer a classe de pessoas cuja única propriedade é o seu trabalho. É também difícil admitir que as leis não tenham contribuído intensamente para generalizar a negligência e a falta de economia observadas entre os pobres, tão contrárias à disposição verificada entre os pequenos comerciantes e os pequenos agricultores. O trabalhador pobre, para usar uma expressão vulgar, vive ao deus-dará. Suas necessidades do momento ocupam toda sua atenção e eles raramente pensam no futuro. Mesmo quando têm uma oportunidade de poupança, raramente a fazem, mas tudo o que está além das suas necessidades de momento, genericamente falando, vai para a cervelaria. Por essa razão se diz que as leis dos pobres da Inglaterra diminuem tanto a condição como a vontade de poupar do povo, e assim enfraquecem um dos mais fortes estímulos à sobriedade e à atividade e, conseqüentemente, à prosperidade.

Há uma queixa geral entre os proprietários de manufaturas de que os altos salários empobrecem todos os seus operários, mas é difícil admitir que estes homens não poupariam uma parte de seus altos salários para o futuro sustento de seus filhos, em vez de gastá-la em bebedeira e esbanjamento, se eles não confiassem na assistência pa-

roquial para sustentá-los em caso de imprevistos. É que o pobre empregado das manufaturas vê essa assistência e se um motivo pelo qual ele pode gastar todo o salário que ganha e se divertir enquanto lhe pode parecer evidente, a partir do número de filhos que, pela falência de alguma grande manufatura, imediatamente ele contará com o auxílio paroquial, quando, talvez, os salários ganhos nesta fábrica, enquanto ela funcionava, estivessem suficientemente acima do preço do trabalho comum do país e lhe tivessem permitido poupar o bastante para seu sustento até que pudesse encontrar um outro meio para o seu trabalho.

Um homem que pudesse não ser impedido de ir à cervelaria por considerar que, com sua morte ou doença, ele deixaria sua esposa e filhos sob os cuidados da paróquia, poderia hesitar ainda em esbanjar seus salários se tivesse a certeza de que, num daqueles casos, sua família morreria de fome ou ficaria entregue ao sustento de uma eventual caridade. Na China, onde tanto o preço real do trabalho como o nominal é muito baixo, os filhos são ainda obrigados por lei a sustentar seus pais velhos e sem recursos. Não pretenderei determinar se tal lei é aconselhável neste país. Mas parece, de qualquer modo, altamente improvável que, mediante instituições positivas que tornam a pobreza dependente tão generalizada, se possa diminuir essa desgraça, que, pelas razões melhores e mais humanas, está associada a ela.

O grau de prosperidade do povo não pode senão diminuir, quando um dos mais fortes obstáculos ao ócio e ao desperdício é então removido e quando os homens são levados a casar com pouca ou nenhuma perspectiva de poder sustentar uma família com independência. Todo obstáculo no caminho do casamento deve ser considerado, sem dúvida, uma espécie de infelicidade. Mas como pelas leis de nossa natureza deve haver algum obstáculo ao crescimento da população, é melhor que a população seja controlada por uma previsão das dificuldades em se cuidar de uma família e pelo medo da pobreza dependente, do que ser estimulada apenas para ser contida, posteriormente, pela privação e pela doença.

Isso seria lembrado sempre que houvesse um absoluto desequilíbrio entre o alimento e mercadorias manufaturadas, cujas matérias-primas existem em grande abundância. A demanda dessas últimas não deixará de produzi-las em grande quantidade como elas são exigidas. A demanda de alimento não tem, de nenhuma maneira, o mesmo poder produtivo. Num país em que todas as áreas férteis têm sido ocupadas, são necessárias altas ofertas para estimular o agricultor a colocar seu adubo na terra de onde ele espera um retorno lucrativo por alguns anos. É antes que a perspectiva de vantagem seja suficientemente grande para estimular esse tipo de empreendimento agrícola, e enquanto a nova produção esteja em crescimento, poderão sobrevir grandes misérias por causa da sua falta.

A demanda de uma quantidade crescente de meios de subsistência

é, com poucas exceções, constante em todo lugar; entretanto, vemos o quanto ela é insuficientemente atendida em todos aqueles países que foram ocupados há muito tempo.

As leis dos pobres da Inglaterra, sem dúvida, foram instituídas com o mais humanitário propósito, mas há um grande motivo para crer que não tiveram sucesso em sua intenção. As leis, certamente, aliviaram alguns casos de miséria muito extrema que poderiam ocorrer em outras circunstâncias; entretanto, a situação dos pobres que são sustentados pelos auxílios paroquiais, considerada em todas as suas particularidades, está muito longe de ser livre da miséria. Entretanto, uma das principais objeções a essas leis é que, por causa da assistência que alguns pobres recebem, em si mesma um benefício mais ou menos duvidoso, todas as camadas populares da Inglaterra estão sujeitas a uma série de leis desagradáveis, inconvenientes e tirânicas, totalmente incompatíveis com o verdadeiro espírito da Constituição. Todos os assuntos das instituições, mesmo no seu atual estágio de reforma, são extremamente conflitantes com todas as idéias de liberdade. As exigências da paróquia para com os homens cujas famílias estão sujeitas a se tornarem dispendiosas e as mulheres pobres que estão próximas do parto é a tirania mais vergonhosa e desagradável. E os embaraços continuamente provocados por essas leis no mercado de trabalho têm uma tendência constante a aumentar as dificuldades daqueles que estão lutando para se sustentarem sem a assistência.

Esses danos que acompanham as leis dos pobres são, em certa medida, irremediáveis. Se a assistência existe para ser distribuída a uma certa classe de pessoas, deve ser dado, em algum lugar, um poder para discriminar os objetivos adequados bem como administrar os negócios que são necessários, mas uma grande interferência nos assuntos de outras pessoas é uma espécie de tirania; e no curso normal das coisas pode-se esperar que o exercício desse poder se transforme em prisão para aqueles que são levados a pedir sustento. A tirania dos juizes, dos mordomos de Igreja e dos provedores dos indigentes da paróquia é uma queixa comum entre os pobres, mas o erro não está tanto nessas pessoas — que, provavelmente, antes de assumirem o poder, não eram piores que as outras pessoas —, mas na natureza de semelhantes instituições.

O mal talvez tenha crescido demais para poder ser remediado; entretanto, resta pouca dúvida em meu espírito de que, se as leis dos pobres nunca tivessem existido, embora pudesse ter havido vários momentos de cruel miséria, o conjunto de pessoas felizes na população, entretanto, teria sido muito maior do que é atualmente.

O projeto da lei dos pobres do Sr. Pitt tem a aparência de ser organizado dentro das intenções mais humanitárias, e o protesto levantado contra ele era, em muitos aspectos, mal dirigido e irracional. Mas deve se reconhecer que o projeto possui, em alto grau, o defeito

grande e radical de todos os sistemas desse tipo, o de contribuir para aumentar a população sem o aumento dos meios de subsistência para sustentá-la; rebaixando então a condição daqueles que não são sustentados pelos auxílios paroquiais e, conseqüentemente, criando mais pobres.

Eliminar as necessidades das classes mais baixas da sociedade é, na verdade, uma tarefa árdua. A verdade é que a pressão da miséria sobre essa parcela de uma comunidade é um mal tão profundamente arraigado que nenhuma habilidade humana pode atingi-lo. Fosse eu propor um paliativo — e paliativos é tudo o que a natureza do caso admitirá —, seria, em primeiro lugar, a revogação completa de todas as atuais leis paroquiais de auxílio aos pobres. Isto daria, em certa proporção, liberdade e autonomia de ação para os camponeses da Inglaterra, o que facilmente se pode afirmar que eles possuem atualmente. Eles seriam capazes de se estabelecer permanentemente em qualquer lugar onde houvesse uma perspectiva de grande abundância de trabalho e maior remuneração pelo serviço. O mercado de trabalho então ficaria livre e seriam removidos aqueles obstáculos que, tal como as coisas se encontram agora, freqüentemente e por um tempo considerável, impedem o preço de se elevar de acordo com a demanda.

Em segundo lugar, poderiam ser dadas recompensas para explorar novas terras, e todos os incentivos possíveis seriam oferecidos à agricultura mais do que às manufaturas, e ao cultivo do solo mais do que às pastagens. Todo esforço seria utilizado para enfraquecer e destruir todas aquelas instituições relacionadas com as corporações, os aprendizados etc. que fazem com que os trabalhos de agricultura sejam mais mal remunerados do que os trabalhos do comércio e das manufaturas. Pois um país nunca poderá produzir o seu próprio alimento enquanto permanecerem essas discriminações a favor dos artesãos. Semelhantes estímulos à agricultura tenderiam a suprir o mercado com uma crescente quantidade de trabalho saudável e, ao mesmo tempo, a aumentar o produto do país, e elevariam o preço relativo do trabalho, melhorando a condição do trabalhador. Estando então em melhores condições e não vendo nenhuma perspectiva de auxílio paroquial, ele se sentiria mais capaz e mais disposto a participar de associações para proteção de sua família e dele próprio contra as doenças.

Por último, para os casos de extrema miséria, poderiam ser instituídos albergues de condado, sustentados por impostos de todo o reino e abertos a pessoas de todos os condados e, na verdade, de todas as nações. A comida seria pouca e aqueles que fossem aptos seriam obrigados a trabalhar. Seria desejável que os albergues não fossem vistos como confortáveis asilos para atender a todas as dificuldades, mas simplesmente como lugares em que a extrema miséria pudesse achar algum alívio. Uma parte dessas casas poderia ser independente ou outras construídas com objetivo mais benéfico, que não fossem fiscalizadas raramente, a fim de providenciar um lugar em que qualquer

pessoa, natural do país ou estrangeira, pudesse trabalhar um dia, em qualquer época, e receber pelo trabalho o preço do mercado. Alguns casos, sem dúvida, seriam deixados aos cuidados da caridade particular.

Um projeto desse tipo, preliminar ao que seria uma revogação de todas as atuais leis do auxílio paroquial, parece ser melhor plano para aumentar o conjunto de pessoas felizes na população da Inglaterra. Impedir o retorno da miséria está — infelizmente — além do poder do homem. No vão esforço de realizar o que na natureza das coisas é impossível, sacrificamos, hoje, não apenas os benefícios possíveis mas os benefícios mais seguros. Dizemos ao povo que, se ele se submeter a um código de regulamentos tirânicos, nunca passará necessidade. Ele se submete a esses regulamentos. Ele cumpre sua parte do contrato, mas nós não, ou melhor, não podemos cumprir a nossa, e então o pobre sacrifica o benefício valioso da liberdade e nada recebe que possa ser chamado de retorno equivalente.

Então, não obstante a instituição das leis dos pobres na Inglaterra, penso que será reconhecido que, considerando os estados das classes mais pobres em conjunto, tanto nas cidades como no campo, a miséria que eles sofrem por causa da falta de alimento adequado e suficiente, por causa do trabalho duro e das moradias insalubres, deve atuar como um empecilho permanente ao crescimento da incipiente população.

A esses dois grandes obstáculos ao crescimento da população, em todos os países ocupados há muito tempo, que denominei de obstáculos preventivos e positivos, podem ser acrescidos os costumes corruptos em relação às mulheres, as grandes cidades, as manufaturas insalubres, a intemperança, a peste e a guerra.

Todos esses obstáculos podem simplesmente ser reduzidos à miséria e ao vício. E essas são as verdadeiras causas do lento crescimento da população em todos os Estados da moderna Europa, como se verá com bastante evidência pelo crescimento comparativamente rápido que invariavelmente tem ocorrido todas as vezes que essas causas já tenham sido, em certa proporção, eliminadas.

## CAPÍTULO X

O Sr. Godwin, na conclusão do capítulo III do livro oitavo, falando da população, afirma:

"Há um princípio na sociedade humana pelo qual a população é constantemente mantida abaixo do nível dos meios de subsistência. Então, entre as tribos nômades da América e da Ásia, nunca verificamos, nos intervalos de tempo entre as gerações, que a população tenha crescido tanto de modo a tornar necessário o cultivo da terra."

Esse princípio que o Sr. Godwin então menciona como uma causa misteriosa e oculta e que ele não procura pesquisar, será identificado como sendo opressiva lei da necessidade, da miséria e do medo da miséria.

O grande erro em que Godwin labora em toda a sua obra é o de atribuir quase todos os vícios e a miséria que são constatados na sociedade civil às instituições humanas. As regulamentações políticas e a administração instituída da propriedade são, de acordo com ele, as fontes fecundas de todos os males, o foco de todos os crimes que degradam a humanidade. Fosse isso realmente o verdadeiro estado da questão e não pareceria ser uma tarefa irrealizável eliminar totalmente os males do mundo, e a razão parece ser o instrumento próprio e adequado para realizar, assim, tão grande objetivo. Entretanto, a verdade é que, embora as instituições humanas pareçam ser as causas óbvias e persistentes de muitos males para a humanidade, na verdade são pequenas e superficiais, são simples penas que flutuam na superfície em comparação com aquelas causas da impureza assentada mais no fundo que corrompem as nascentes e tornam turva toda a torrente da vida humana.

O Sr. Godwin, em seu capítulo sobre os benefícios apresentados num sistema de igualdade, afirma:

"O espírito de opressão, de subserviência e mentira, são esses os produtos imediatos da administração instituída da propriedade. São, da mesma forma, hostis ao desenvolvimento intelectual. Os outros vícios — inveja, maldade e vingança — são suas companhias inseparáveis. Num estágio da sociedade em que os homens vivesses em meio à abundância e em que todos partilhassem igualmente das dádivas da natureza, esses sentimentos inevitavelmente se extinguiriam. O tacerão princípio do egoísmo desapareceria. Nenhum homem seria obrigado a guardar sua pequena provisão ou providenciá-la com angústia e sofrimento para suas contínuas necessidades, e cada um perderia sua individualidade na ideia do bem-estar comum. Nenhum homem seria um inimigo de seu vizinho porque não teria nenhum problema de disputa e, conseqüentemente, o altruísmo reassumiria o império

Ao ler o trabalho criativo e proveitoso do Sr. Godwin sobre direito político, é impossível não se impressionar com o espírito e a energia de seu estilo, a força e a precisão de alguns dos seus raciocínios, o tom candente de seus pensamentos e, particularmente, com aquela notável seriedade do método que dá um halo de verdade ao conjunto. Ao mesmo tempo, deve-se admitir que em suas pesquisas ele não procedeu com a precaução que uma filosofia bem fundada parece exigir. Suas conclusões são frequentemente desautorizadas por suas premissas. Ele falha algumas vezes, ao afastar as objeções que ele próprio apresenta. Ele confia demais em proposições gerais e abstratas que não comportarão aplicação prática. E suas conjecturas certamente vão além da simplicidade da natureza.

O sistema de igualdade que o Sr. Godwin propõe é incomparavelmente mais belo e atraente do que qualquer outro que apareceu até agora. Uma melhoria da sociedade a ser produzida simplesmente pela razão e pela convicção traz muito mais a promessa de estabilidade do que qualquer mudança feita e sustentada pela força. O exercício ilimitado do livre-arbitrário é uma doutrina indizivelmente importante e cativante e tem uma grande superioridade sobre aqueles sistemas em que cada indivíduo é, de certo modo, escravo do coletivo. A substituição da bondade, como mola-mestra e princípio-motor da sociedade, pelo amor-próprio é um objetivo a ser fervorosamente desejado. Em suma, é impossível contemplar o conjunto dessa bela estrutura sem os sentimentos do deleite e da admiração, seguido de um ardoroso desejo pela época de sua realização. Entretanto, ah!, esse momento nunca poderá chegar. O todo é pouco mais que um sonho, uma bela fantasia da imaginação. Esses "palácios suntuosos" da prosperidade e da imortalidade, esses "templos solenes" da verdade e da virtude se dissolverão "como o edifício sem base de uma visão", quando acordarmos para a vida real e vemos a situação verdadeira e concreta do homem na Terra.

que a razão lhe destina. A inteligência ficaria livre de sua permanente angústia acerca do sustento material e livre para entender-se à área das idéias, o que lhe é natural. Cada um ajudaria nas questões de todos”.

Isso seria, na verdade, uma situação feliz. Mas esse é simplesmente um quadro imaginário, quase sem um traço próximo da verdade; tenho receio de que o leitor já esteja bastante persuadido.

O homem não pode viver em meio à abundância. Todos não podem partilhar da mesma forma das dádivas da natureza. Se não existisse nenhuma administração instituída da propriedade, todo homem seria obrigado a guardar, necessariamente, sua pequena provisão. O egoísmo triunfaria. As questões de disputa seriam perenes. Cada vontade estaria sob uma permanente angústia em relação ao sustento pessoal e sequer uma única inteligência seria deixada livre para se dedicar ao campo intelectual.

O Sr. Godwin devotou tão pouca atenção de sua penetrante inteligência à real situação do homem na Terra que isso aparecerá claramente pela maneira como ele se empenha em eliminar a dificuldade de uma superpopulação. Ele diz que

“A resposta óbvia a essa objeção é que pensar assim é prog-nosticar dificuldades a uma grande distância. Três quartos do planeta habitáveis não são hoje cultivados. As regiões já cultivadas são capazes de um desenvolvimento incommensurável. Mil-riadas de séculos, caracterizados ainda por uma população crescente, decorreriam e a Terra ainda seria suficiente para a subsistência de seus habitantes”.

Já assinaliei o erro de se supor que nenhuma miséria e dificuldade resultariam de uma superpopulação antes que a Terra, em termos absolutos, não pudesse produzir mais. Mas vamos imaginar, por um momento, o belo sistema de igualdade de Godwin, realizado na sua extrema pureza, e vejamos como logo essa dificuldade poderia estar presente para pressionar uma forma tão perfeita de sociedade. Uma teoria que não admita aplicação prática não pode, presumivelmente, ser correta.

Vamos admitir que todas as causas da miséria e dos vícios desta ilha foram eliminadas. A guerra e a luta terminaram. Os ofícios e as manufaturas prejudiciais não existem. As multidões não mais se amontoam nas grandes e pestilentas cidades pelo prazer de participar das intrigas de corte, do comércio e dos prazeres. Os divertimentos simples, saudáveis e naturais substituem a bebedeira, o jogo e a devassidão. Não existem cidades suficientemente grandes de modo a se ter alguma consequência prejudicial ao organismo humano. A maior parte dos fe-lizes habitantes desse paraíso terrestre vive em povoados e em quintais

espalhados pelo país. Toda casa é limpa, arejada, suficientemente espaçosa e situada em localização saudável. Todos os homens são iguais. Os trabalhos de luxo chegam ao fim. E os trabalhos necessários à agricultura são partilhados amigavelmente entre todos.

Admitamos que o número das pessoas e o produto da ilha sejam os mesmos do presente. O espírito da bondade, guiado pela justiça imparcial, dividirá essa produção entre todos os membros da sociedade de acordo com suas necessidades. Embora fosse impossível que todos eles tivessem todo dia alimentos de origem animal, o alimento de origem vegetal, entretanto, ocasionalmente com carne, satisfaria os desejos de pessoas modestas e seria suficiente para mantê-las com saúde, força e energia.

O Sr. Godwin considera o casamento um embuste e um monopólio. Vamos admitir o comércio dos sexos estabelecido sobre princípios da mais perfeita liberdade. O próprio Sr. Godwin não pensa que essa liberdade levaria a relações sexuais promíscuas e nisso concordo integralmente com ele. O amor à variedade é uma inclinação viciosa, corrupta e antinatural e não predomina, em grau maior, num estágio puro e perfeito da sociedade. Cada homem, provavelmente, seleccionaria uma cônjuge a quem se uniria até quando esta união continuasse a ser uma decisão de ambas as partes. De acordo com o Sr. Godwin, seria de pouca importância quantos filhos uma mulher teria ou a quem eles pertenceriam. As provisões e a assistência afluiriam espontaneamente do lugar em que abundassem para onde estivessem em falta.<sup>162</sup> E todo homem estaria preparado para dar instrução à geração seguinte, de acordo com sua capacidade.

Não posso conceber uma forma de sociedade tão vantajosa para toda a população. O caráter irreversível do casamento, como ele se constitui hoje, sem dúvida impede muitos de chegar àquele estágio. Relações sexuais livres, ao contrário, seriam um poderoso incentivo a uniões prematuras, e como estamos admitindo não existir nenhuma angústia acerca do sustento futuro dos filhos, não concebo que houvesse uma única mulher entre cem, de 23 anos, sem uma família.

Com estes extraordinários incentivos à população e sendo eliminada toda causa de despovoamento, como admitimos, os números, necessariamente, cresceriam mais rápido do que em qualquer sociedade de que até agora nós tivemos conhecimento. Citei, graças à autoridade de um folheto publicado por um Dr. Styles e referido pelo Dr. Price, que os habitantes das colônias mais afastadas da América duplicaram o seu total em 15 anos. A Inglaterra certamente é um país mais favorável do que os núcleos coloniais mais afastados da América, e, como admitimos que toda casa da ilha é arejada e saudável e os incentivos

<sup>162</sup> Ver Livro Oitavo, Cap. 8, p. 504.

para se ter uma família são até maiores do que em relação às distantes colônias, nenhuma razão provável pode ser assinalada pela qual a população não duplicaria, se possível, em menos de 15 anos. Mas para ficarmos bem certos de que não iremos além da verdade, admitiremos apenas que o período de duplicação é de 25 anos, uma proporção de crescimento que sabemos ter ocorrido geralmente em todos os Estados ao norte da América.

Pode haver pouca dúvida de que a uniformização da propriedade que admitimos, acrescida à circunstância pela qual o trabalho de toda a comunidade será dirigido principalmente à agricultura, tenderia enormemente a aumentar a produção do país. Mas, para atender às demandas de uma população que cresce tão rapidamente, o cálculo do Sr. Godwin de meio período por dia de trabalho para cada homem certamente não seria suficiente. É possível que a metade de todo o tempo do homem deve ser empregada para este fim. Entretanto, com semelhante esforço ou esforços muito maiores, uma pessoa, que é informada sobre a qualidade do solo deste país e que reflete sobre a fertilidade das terras já em cultivo e sobre a improdutividade daquelas que não são cultivadas, estará muito mais propensa a duvidar de que toda a produção média possa ser duplicada em 25 anos a partir do atual período. A única possibilidade de sucesso seria cultivar toda a terra das regiões pastoris e acabar quase totalmente com o uso do alimento de origem animal. Entretanto, uma parte deste esquema poderia se anular. O solo da Inglaterra não produz mais sem adubo e o gado parece ser necessário para produzir aquele tipo de estrume que melhor se adapta à terra. Diz-se que na China o solo de algumas províncias é tão fértil que produz duas colheitas de arroz por ano sem adubo. Nenhum solo da Inglaterra atende a essa característica.

Apesar de que pudesse ser difícil duplicar a produção média da ilha em 25 anos, vamos supor que isso se realizou. Assim, no final do primeiro período, os alimentos, embora quase que totalmente vegetais, seriam suficientes para manter com saúde a população duplicada de 14 milhões.

Durante o próximo período de duplicação, onde será encontrado o alimento para atender às prementes demandas do número crescente de pessoas? Onde existe terra nova para ser explorada? Onde existe o adubo necessário para desenvolver o que já está em cultivo? Não há ninguém com o mínimo de conhecimento da terra que dissesse, entretanto, que seria impossível que a produção média do país pudesse aumentar durante os 25 anos seguintes em uma quantidade igual à que ela que produz hoje. Entretanto, admitiremos que este aumento, embora improvável, ocorra. A exagerada veemência do argumento permite, praticamente, qualquer concessão. Entretanto, mesmo com esta concessão, haveria 7 milhões de pessoas sem recursos no final do se-

gundo período. Uma quantidade igual de alimentos para o modesto sustento de 21 milhões de pessoas restaria para ser dividida entre 28 milhões de pessoas.

Ah! Em que se transforma o quadro onde os homens viviam na abundância, onde nenhum homem era obrigado a garantir seu sustento com angústia e sofrimento por causa de suas prementes necessidades, em que o tacanho princípio do egoísmo não existia, a inteligência estava liberta de sua perpétua ansiedade acerca do sustento material e livre para se estender no campo das idéias, que é seu campo natural. Essa bela construção da imaginação se desmorona com o duro toque da verdade. O espírito da bondade, alimentado e fortalecido pela abundância, é subjugado pelo sopro frio da miséria. As odientas paixões que tinham desaparecido ressurgem. A poderosa lei da autopreservação expulsa da alma os sentimentos mais suaves e sublimes. As tentações do mal são demasiado fortes para a natureza humana resistir. O trigo é colhido antes que esteja maduro ou retido em proporções desonestas e toda a sequência negra de vícios que é própria do erro é gerada em seguida. As proviões não mais fluem para o sustento da mãe de uma família grande. As crianças ficam doentes por causa do alimento insuficiente. O róseo viço da saúde dá lugar às faces pálidas e ao olho oco da miséria. A caridade que ainda resta em poucos corações faz alguns tímidos esforços de exploração, até que finalmente o egoísmo reconquista o seu reino costumeiro e domine completamente o mundo.

Nenhuma instituição humana existiu aqui pela maldade à qual o Sr. Godwin atribui o pecado original dos piores homens.<sup>163</sup> Nenhuma oposição entre o bem-estar público e privado foi causada pelas instituições. Nenhum monopólio foi criado para aqueles proveitos que a razão define como um bem a ser posto em comum. Nenhum homem foi incitado à violação da ordem por causa das leis injustas. A caridade fundou seu reino em todos os corações; e, contudo, num período tão curto como cinquenta anos, a violência, a opressão, a mentira, a miséria, todo vício odioso e todo tipo de desgraça que degrada e aflige o atual estado da sociedade parecem ter sido criados pelas mais imperiosas circunstâncias, por leis inerentes à natureza do homem e totalmente independentes de todas as leis humanas.

Se não estamos ainda bem convencidos da realidade deste triste quadro, vamos apenas esperar por um momento do próximo período de 25 anos e veremos 28 milhões de seres humanos sem os meios de sustento. E antes do fim do primeiro século, a população seria de 112 milhões e os alimentos apenas suficientes para 35 milhões, ficando 77 milhões sem recursos. Nessas épocas, na verdade, a miséria seria triun-

163 Ver Livro Oitavo, Cap. 3, p. 340.

fante e o roubo e o assassinato deveriam geralmente reinar. E, contudo, estamos admitindo, em todo esse tempo, a produção da terra como totalmente ilimitada e o crescimento anual maior do que pode imaginar o especulador mais ousado.

Esse é, sem dúvida, um ponto de vista sobre a dificuldade decorrente do povoamento muito diferente daquele que o Sr. Godwin defende, quando afirma que

“Miríades de séculos caracterizados ainda por uma população crescente se escoariam e a Terra ainda seria suficiente para a subsistência de seus habitantes”.

Estou suficientemente certo de que os excedentes de 28 milhões ou de 77 milhões que mencionei nunca poderiam ter existido. É uma observação perfeitamente correta do Sr. Godwin que:

“Há um princípio da sociedade humana segundo o qual a população é mantida permanentemente abaixo do nível dos meios de subsistência”.

A questão básica é: qual é o princípio? É alguma causa obscura e oculta? É alguma misteriosa intervenção do céu que em determinada época golpeia os homens com a impotência e as mulheres com a esterilidade? Ou é uma causa aberta a nossas pesquisas e dentro do nosso ponto de vista, uma causa cuja ação tem sido constantemente observada, embora com diferentes intensidades, em todo estágio em que o homem foi colocado? Não é um grau da miséria, o resultado necessário e inevitável das leis da natureza, que as instituições humanas, bem longe de agravar, tenderiam a atenuar consideravelmente, embora elas nunca poderão ser eliminadas?

Pode ser curioso observar, no caso em que já admitimos, como algumas das leis que governam no momento a sociedade civilizada seriam ditadas sucessivamente pela mais imperiosa necessidade. Como o homem é, de acordo com o Sr. Godwin, o ser vivo caracterizado pelas influências a que está sujeito, os acúmulos da miséria não podem continuar por muito tempo, antes de algumas violações das provisões públicas ou particulares que, necessariamente, ocorreriam. Como estas violações aumentariam em número e extensão, os intelectos mais atunes e compreensivos da sociedade logo perceberiam que, enquanto a população estava crescendo rapidamente, a produção anual do país começaria em breve a diminuir. A urgência da situação inspiraria a necessidade de que algumas medidas imediatas fossem tomadas para a segurança geral. Uma espécie de assembleia seria então convocada e a perigosa situação do país expressa em termos enérgicos. Seria assinalado que, enquanto eles viviam em meio à abundância, era de pouca importância quem trabalhasse o mínimo ou quem possuísse o mínimo, já que cada homem estava perfeitamente disposto e pronto

para suprir as necessidades de seu vizinho. Mas a questão não iria tão longe, se um homem desse ao outro o que ele mesmo não usasse, mas se desse ao seu vizinho o alimento que fosse absolutamente necessário à sua própria existência. Imaginar-se-ia que o número daqueles que passassem necessidade excedesse em muito o número e os recursos daqueles que os supririam; que aquelas necessidades prementes que, pela situação da produção do país, não pudessem ser todas satisfeitas ocasionalmente algumas flagrantes violações da justiça; que essas violações já tivessem impedido o aumento do alimento, e, se não fossem de um modo ou outro interrompidas, lançassem toda a comunidade na confusão; que a imperiosa necessidade parecesse exigir que um aumento anual da produção fosse conseguido, se possível, aconteça o que acontecer; que, a fim de realizar este primeiro, grande e indispensável objetivo, fosse aconselhável fazer uma divisão mais completa da terra e assegurar o estoque de mercadorias de cada homem contra a violação por meio das sanções mais rigorosas, mesmo pela própria morte.

Talvez pudesse ser alegado por alguns opositores que, como a fertilidade da terra aumenta e ocorrem vários acidentes, a parcela de alguns homens poderia ser muito mais do que suficiente para seu sustento, e que, quando o reinado do egoísmo fosse estabelecido mais uma vez, eles não distribuiriam seu produto excedente sem alguma recompensa em troca. Em resposta, poder-se-ia observar que isso era um transtorno a ser muito lamentado; entretanto, era um mal que não tinha comparação com a série sinistra da miséria que inevitavelmente seria provocada pela insegurança da propriedade; que a quantidade de alimento que um homem pudesse consumir seria necessariamente limitada pela pequena capacidade do estômago do homem; que não seria, certamente, provável que ele lançasse fora o resto, mas mesmo que ele trocasse seu alimento excedente pelo trabalho dos outros e os fizesse, em certa medida, dependentes dele, isso seria certamente melhor do que se os outros ficassem totalmente entregues à inanição.

Por essa razão, parece muitíssimo provável que uma administração da propriedade não muito diferente daquela que predomina nos Estados civilizados no presente seria estabelecida como o melhor remédio, apesar de inadequado, para as desgraças que estavam oprimitindo a sociedade.

O assunto seguinte que entraria em discussão, intimamente ligado com o precedente, é o comércio entre os sexos. Seria alegado por aqueles que voltaram sua atenção para a verdadeira causa das dificuldades sob as quais padece a comunidade que, enquanto todo homem se sentisse seguro de que todos os seus filhos fossem bem sustentados pela caridade pública, a capacidade da terra seria absolutamente insulficiente para produzir alimento para a população que necessaria-

mente disso resultaria: que, mesmo que toda a atenção e trabalho da sociedade fossem orientados para esse único ponto e que, graças à mais completa segurança da propriedade e todos os incentivos que pudessem ser imaginados, fosse logo obtido o maior aumento possível da produção; que assim mesmo o aumento dos alimentos de nenhum modo manteria o ritmo com o mais rápido crescimento da população; que algum obstáculo ao crescimento da população seria imperiosamente exigido; que o mais natural e óbvio obstáculo pareceu que era fazer todo homem buscar provisões para si e para seus filhos; que isso atuaria de alguma forma como padrão e orientação no crescimento da população; como se poderia esperar que nenhum homemitaria ao mundo seres para os quais não pudesse encontrar os meios de sustento; que não obstante, onde fosse esse o caso, pareceria necessário, para exemplo dos outros, que a desgraça e o infortúnio, tratando-se de uma tal conduta, cairiam sobre o indivíduo, que então, irrefletidamente, precipitaria a si mesmo e a seus filhos inocentes na miséria e na privação.

A instituição do casamento, ou pelo menos de alguma obrigação expressa ou implícita de todo homem de sustentar seus próprios filhos, parece ser o resultado natural desses raciocínios de uma comunidade sob as dificuldades que temos admitido.

A observação dessas dificuldades nos apresenta uma origem muito natural da desgraça que representa a perda da castidade para a mulher, muito maior do que para o homem. Não seria de se esperar que as mulheres tivessem recursos suficientes para sustentar seus próprios filhos. Por essa razão, quando uma mulher estava ligada a um homem que não entrou em nenhum acordo para sustentar seus filhos, e, ciente das vantagens que poderiam recair sobre ele, a abandonasse, aquelas crianças voltariam necessariamente para o sustento da sociedade ou morreriam de fome. Para impedir a freqüente repetição de semelhante transtorno, como seria muito injusto punir uma falta tão comum com a prisão ou com o castigo pessoal, os homens poderiam concordar em punir essa falta com a desonra. A culpa é, além disso, mais óbvia e evidente na mulher e menos sujeita a engano. O pai de uma criança nem sempre pode ser conhecido, mas a mesma incerteza não pode facilmente existir com relação à mãe. Onde a evidência da culpa era mais completa e, ao mesmo tempo, maior o transtorno para a sociedade, haveria acordo em que a maior parte da culpa diminuiria. A obrigação de todo homem de manter seus filhos, se houvesse oportunidade, seria imposta pela sociedade; e o maior grau de desvantagem ou de esforço a que uma família necessariamente o sujeitaria, que seria somado a certa parcela de desgraça em que deve incorrer todo ser humano que leva o outro à infelicidade, poderia ser considerado uma suficiente punição para o homem.

Parece ser, sem dúvida, uma transgressão do direito natural que

uma mulher hoje fosse praticamente afastada da sociedade por causa de uma falta que os homens cometem quase sem impunidade. Mas a origem do costume, como o método mais óbvio e eficaz de impedir a freqüente repetição de uma séria dificuldade para a comunidade, parece ser natural, embora não completamente justificável. Essa origem, contudo, está hoje perdida na nova série de idéias que o costume tem, desde então, produzido. O que de início parecia ser ditado pela necessidade pública é agora sustentado pela fragilidade feminina e atua com maior força naquela parcela da sociedade em que, se a intenção original do costume prevalecesse, existiria a ocasião menos real para isso.

Quando essas duas leis fundamentais da sociedade, a segurança da propriedade e a instituição do casamento, forem, de uma vez, estabelecidas, a desigualdade das condições necessariamente deve continuar. Aquelles que tivessem nascido depois da divisão da propriedade viriam a um mundo praticamente ocupado. Se seus pais, por terem uma família demasiado grande, não lhes dessem o suficiente para seu sustento, o que é que eles fariam num mundo em que todas as coisas têm seu proprietário? Temos visto as consequências trágicas que resultariam para a sociedade se todo homem tivesse um argumento válido para uma participação igualitária no produto da terra. Os membros de uma família que fosse crescendo demasiadamente por causa da divisão original da terra reservada para ela não poderiam, então, solicitar uma parte do produto excedente dos outros, por uma questão de justiça. Evidenciou-se que, a partir das leis inevitáveis da nossa natureza, alguns seres humanos devem sofrer por causa da necessidade. Existem pessoas azaradas que na grande loteria da vida tiraram o bilhete em branco. O número destes reivindicantes logo excederia a capacidade de se suprir do produto excedente. O mérito moral é um critério muito difícil de se perceber, exceto nos casos extremos. Os proprietários do produto excedente, em geral, procurariam provas mais óbvias de diferenciação. E parece tão natural quanto justo, exceto em ocasiões particulares, que sua escolha recaísse naqueles que fossem capazes de se confessar dispostos a aplicar sua energia em conseguir um outro produto excedente, beneficiando imediatamente assim a comunidade e possibilitando aqueles proprietários de auxiliar um maior número. Todos os que tivessem falta de alimento seriam pressionados pela imperiosa necessidade de oferecer seu trabalho em troca dessa mercadoria tão absolutamente essencial à existência. O fundo adequado à manutenção do trabalho seria a quantidade acumulada de alimento possuída pelos proprietários da terra, além daquela do seu próprio consumo. Quando as demandas desse fundo fossem grandes e numerosas, naturalmente ele seria dividido em parcelas muito pequenas. O trabalho seria mal remunerado. Os homens ofereceriam trabalho por uma simples subsistência e o sustento das famílias seria dificultado

pela doença e pela miséria. Ao contrário, quando este fundo estivesse aumentando rapidamente, quando fosse grande em relação ao número dos solicitantes, seria dividido em parcelas muito maiores. Nenhum homem venderia seu trabalho sem receber em troca uma grande quantidade de alimentos. Os trabalhadores viveriam com despreocupação e, conseqüentemente, seriam capazes de sustentar uma prole numerosa e sadia.

Da situação desse fundo depende hoje principalmente a prosperidade ou o grau de miséria que predominam entre as classes mais pobres do povo de qualquer Estado conhecido. E dessa prosperidade ou desse grau de miséria depende o crescimento, a estabilidade ou o decréscimo da população.

E então resulta que a sociedade constituída de acordo com a mais bela forma que a imaginação pode conceber, tendo a bondade como seu princípio motor, em vez de egoísmo, e com todas as más inclinações de seus membros neutralizadas pela razão e não pela força, a partir das inevitáveis leis da natureza e não a partir de qualquer depravação original do homem, num período muito curto, degeneraria numa sociedade construída sobre uma base não essencialmente diferente daquela que predomina em qualquer Estado conhecido da atualidade; isto é, uma sociedade dividida em uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores e tendo o egoísmo como a mola-mestra da grande máquina.

Na hipótese que formulei, sem dúvida, tomei o crescimento populacional menor e o aumento da produção maior do que na realidade seriam. Nenhuma razão pode ser apontada pela qual, sob as condições que admiti, a população não cresceria mais rapidamente do que em qualquer circunstância conhecida. Se então formos tomar o período de duplicação em 15 anos em vez de 25 anos e ponderar o trabalho necessário para duplicar a produção em tão curto tempo, mesmo que o reconheçamos como possível, podemos nos arriscar a afirmar com certeza que se o sistema de sociedade do Sr. Godwin fosse estabelecido em sua máxima perfeição, em vez de miríades de séculos, 30 anos não decorreriam antes de sua completa destruição a partir do simples princípio do crescimento da população.

Não falei da emigração por razões óbvias. Se tais sociedades se constituíssem em outras regiões da Europa, esses países ficariam nas mesmas dificuldades em relação à população e não admitiriam novos membros em seu seio. Se essa admirável sociedade estivesse confinada nesta Ilha, deveria ter decaído surpreendentemente de sua pureza inicial e ter contribuído apenas com uma pequena parcela da prosperidade que propôs. Em suma, seu princípio fundamental deveria ser completamente destruído antes que qualquer de seus membros voluntariamente consentisse em abandoná-lo e viver sob tais governos que, no presente, existem na Europa, ou submeter-se à extrema penúria dos

primeiros colonizadores das novas regiões. Bem sabemos, pela repetida experiência, quanta miséria e dificuldade os homens passam em seu próprio país, antes que possam decidir abandoná-lo, e como as mais tentadoras propostas de embarque para as novas colônias foram freqüentemente rejeitadas pelas pessoas que demonstravam estar quase morrendo de fome.